

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1588232 - DF
(2019/0285902-3)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : JOSE FRANCISCO MENDES AURELIANO
ADVOGADOS : ELVIS DEL BARCO CAMARGO E OUTRO(S) -
DF015192
CLEYTON SOARES NOGUEIRA MENESCAL -
DF026297
AGRAVADO : ANTONIO EUSTAQUIO BOSQUE
ADVOGADO : FREDERICO VASCONCELOS DE ALMEIDA -
DF021563

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRADO PARA NÃO CONHECER DO APELO EXTREMO.

INSURGÊNCIA DO DEMANDADO.

1. A ausência de enfrentamento da matéria pelo Tribunal de origem impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento. Incidência das Súmulas 211 do STJ e 282 do STF.

1.1. *In casu*, deixou a parte recorrente de opor embargos de declaração para prequestionar a matéria e também deixou de apontar, nas razões do apelo extremo, a violação do artigo 1.022 do CPC/15, a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.

1.2. Esta Corte admite o prequestionamento implícito dos dispositivos tidos por violados, desde que as teses debatidas no apelo nobre sejam expressamente discutidas no Tribunal de origem, o que não ocorreu na hipótese.

2. Na hipótese, o órgão julgador concluiu pela inexistência de provas de contrato verbal sobre a redução do aluguel e autorização para sublocar. Tais conclusões se deram a partir do exame do acervo fático-probatório dos autos, cuja revisão é vedada em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o

Superior Tribunal de Justiça

Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator